Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics

Journal homepage: www.ipebj.com.br/forensicjournal

Em Busca da Igualdade: União Homoafetiva e Adoção

In Pursuit of Equality: Homoaffective Union and Adoption

Lene Maria de Melo, Arlindo da Silva Lourenço¹

¹ Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, SP, Brasil

Received 10 March 2017

Resumo. Esta pesquisa tem como objetivo produzir mais conhecimento a respeito das mudanças que vêm ocorrendo com relação à adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos brasileiros. A fim de alcançar este objetivo, a pesquisa se classificou como de revisão bibliográfica e, quanto ao delineamento, é de base exploratória. Mesmo não havendo nenhuma lei específica que regulamente as uniões homoafetivas no país, a mais alta corte do Poder Judiciário Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu recentemente que essas uniões formam uma entidade familiar e, na sequência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disciplinou a conversão da união estável em casamento civil, por meio da Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Portanto, podemos concluir que não há mais nenhum impedimento legal à adoção de crianças e/ou adolescentes por casais homoafetivos, em razão do reconhecimento, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), dessa modalidade nas adoções. É notório que o que deve prevalecer, sempre, é o melhor interesse da criança e do adolescente quanto a conviver num ambiente familiar afetivo e de proteção integral.

Palavras-chave: União homoafetivas; Adoções homoafetivas; Direito da criança e do adolescente; Psicologia jurídica.

Abstract. This research aims to produce more knowledge about the changes that have been taking place in relation to the adoption of children and adolescents by Brazilian homoaffective couples. In order to achieve this objective, the research is classified as a bibliographic review with an exploratory design. Even though there is no specific law governing homoaffective unions in the country, the highest court of the Brazilian Judiciary, the Federal Supreme Court (STF), recently acknowledged that these unions form a family entity and, subsequently, the National Council of Justice (CNJ) disciplined the conversion of the stable union in civil marriage

through Resolution No. 175, dated May 14, 2013. Therefore, we can conclude that there is no longer any legal impediment to the adoption of children and/or adolescents by homosexual couples, due to the recognition by the Superior Court of Justice (STJ) of this modality in adoptions. It is clear that what must prevail, always, is the best interest of the child and adolescent as to live in an affectionate and fully protective family environment.

Keywords: Homoffective unions; Homoffective adoptions; Rights of children and adolescents; Juridical Psychology.

1. Introdução

Nas ruas, na dramaturgia televisiva, na literatura, nos filmes, nas pinturas, na internet e nas revistas em quadrinhos, cada vez vem se tornando mais natural vermos pessoas do mesmo sexo se relacionando afetivamente e assumindo sua orientação homossexual. Estima-se que cerca de 10% da população mundial é constituída de *gays*, de acordo com a maior parte dos estudos demográficos¹.

Destarte, vêm crescendo o número de relações homoafetivas com o intuito de constituir famílias, na sociedade brasileira. Segundo a Revista Carta Capital, em matéria que trata de dados sobre o primeiro recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que constava uma pergunta sobre o grau de parentesco com o (a) responsável pelo domicílio - se cônjuge do mesmo sexo ou de sexo, em 2010, mais de sessenta mil pessoas responderam que moravam com cônjuges ou companheiros do mesmo sexo. Essa mesma pesquisa revelou que “a maioria das uniões homossexuais - 99,6% - não é formalizada (com registro civil ou religioso) e está concentradas nos estados do Sudeste (52%), seguida pelos do Nordeste (20%), do Sul (13%), do Centro-Oeste (8,4%) e do Norte (6%)”².

As novas formas de vivência e constituição familiar passaram a ser reconhecidas pelos órgãos superiores. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), que é a mais alta Corte do Judiciário Brasileiro, equiparou os direitos e deveres das uniões entre homossexuais e heterossexuais, reconhecendo como entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, as também chamadas uniões homoafetivas*. Em vista disso, vários são os direitos concedidos a partir destas

* Para dar maior ênfase ao afeto do que ao sexo, o termo homoafetividade tende a qualificar que as uniões de pessoas do mesmo sexo são vínculos de afetividade. Dias diz ainda, que é melhor se falar em homoafetividade e heteroafetividade do que em homossexualidade ou heterossexualidade. O termo homoafetividade foi criado pela primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), fundadora e vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direitos de Família (IBDFAM). Em sua primeira edição do livro “União homossexual – O preconceito e a Justiça” (2000), Maria Berenice Dias busca mudar conceitos e eliminar ou diminuir preconceitos. Este termo se tornou popular nos tribunais superiores, nos projetos legislativos e na

relações, tais como: comunhão parcial de bens; inclusão no plano de saúde do (a) companheiro (a), pensão alimentícia, direito à herança, pensão por morte, dentre outros, inclusive a adoção conjunta de filhos.

A adoção conjunta por casais homoafetivos foi reconhecida em 2010, pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, por decisão unânime dos Ministros daquele tribunal, negou recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul e concedeu sentença favorável à adoção conjunta de duas crianças a um casal homoafetivo, por entender que deve prevalecer o princípio do melhor interesse da criança. Destacando a presença de fortes vínculos afetivos entre os cônjuges, reconheceu como entidade familiar a união formada por um casal de mulheres homoafetivas³, sendo compartilhadas todas as responsabilidades da adoção. Tendo como base o censo de 2010 (IBGE), o demógrafo Reinaldo Gregori confirma que 20% dos casais do mesmo sexo já têm filhos no Brasil⁴.

As Varas da Infância e Juventude de todo país, após a decisão do STJ, vêm reconhecendo os direitos e deveres dos casais homoafetivos e se posicionando favoráveis à adoção. Das 26 capitais brasileiras, quase metade, (45%), são favoráveis à adoção de crianças e/ou adolescentes por casais homoafetivos. Em sete capitais, já foram concedidas adoções nestes casos (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Distrito Federal, Cuiabá e Recife) e em cinco outras, os pedidos pela mesma aguardam decisão final (Curitiba, Maceió, Natal, Fortaleza e Belém). Nas demais capitais do país, ainda não houve pedidos relativos a essa demanda e, em São Paulo, houve alguns pedidos concedidos e outros negados⁵.

Na Legislação Brasileira, até o momento presente, não há nenhuma restrição que impeça a adoção de criança e/ou adolescente por casais homoafetivos, ficando a critério dos juízes essa decisão: “[...] cabe ao Judiciário solver os conflitos que lhe são trazidos, atentando aos princípios fundamentais vinculados pela ordem constitucional de respeito à dignidade da pessoa humana”⁶.

Mediante as recentes transformações que vêm acontecendo no país e devido à escassez de produção científica por se tratar de uma temática recente, acredita-se que esta pesquisa possibilite uma visão mais ampla do que vêm acontecendo nos tribunais com relação à adoção por casais homoafetivos. Assim, a intenção aqui é

sociedade brasileira como um todo. Maiores informações sobre as transformações conceituais que sucederam ao fenômeno podem ser encontradas em: Dias MB. *União homoafetiva: o preconceito & e justiça*. 4ª edição. São Paulo: Revista dos tribunais; 2009.

produzir conhecimento que responda à seguinte pergunta: quais mudanças vêm ocorrendo no Brasil para que casais homoafetivos tenham direito, também, à adoção de crianças e/ou adolescentes?

2. Metodologia

2.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa se classifica como bibliográfica, que, conforme Gil⁷ tem por base em material já publicado. O mesmo autor traz que este tipo de pesquisa inclui materiais impressos, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, além de, atualmente, também incluir discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela internet. A vantagem deste tipo de pesquisa é o de permitir ao investigador uma grande quantidade de fenômenos bem mais ampla do que poderia ser pesquisada diretamente. Quanto ao delineamento, é uma pesquisa de base exploratória, que tem por finalidade analisar se o material consultado serve para a pesquisa⁷.

2.2 Procedimentos metodológicos

2.2.1 Coleta e seleção do material

Como instrumental de coleta e seleção de material bibliográfico de interesse para este trabalho de revisão, pesquisou-se através da rede mundial de computadores, sites especializados como, por exemplo, o do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, como, também, em reportagens de revistas de circulação nacional e outras, também especializadas na área, tais como a Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, em artigos científicos e em livros que abordavam a temática pesquisada.

2.2.2 Tratamento e registro do material

Os dados do material coletado referentes à adoção por casais homoafetivos brasileiros foram separados e organizados de acordo com as características que os tornavam semelhantes no seu conteúdo descritivo e, depois, reorganizados, visando se aproximar do objetivo geral desta pesquisa, ou seja, produzir mais conhecimento a respeito das mudanças legais, sociais e culturais que vêm ocorrendo em relação à adoção por casais homoafetivos brasileiros.

3. Mudanças com relação ao reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo

3.1 Reconhecimento legal da união homoafetiva

O Código Civil Brasileiro (CCB) não define o que é família, mas, pela primeira vez, o legislador determinou que a formação atual da família é correspondente aos vínculos afetivos dali emanados. Deixou de falar em um homem e uma mulher e passou a falar em indivíduos. Reconheceu o que já está exposto na Constituição Federal (CF - 1988), ou seja, que a união formada pelo casamento, pela união estável e pela família monoparental são entidades familiares⁸.

Mediante o artigo 226, parágrafo 4º, da CF (1988), ao usar a expressão “entende-se também como entidade familiar”, o CCB reconhece outros modelos de família como as anaparentais, formadas por irmãos; as paralelas, quando o homem ou a mulher mantêm duas famílias, e as homoafetivas, que são constituídas por pessoas do mesmo sexo. Todas elas merecem proteção do Estado por pertencerem ao conceito de família da Carta Magna Brasileira⁸.

Na legislação brasileira, a única lei que abrange todas as formas de convívio e que faz referência a uma relação íntima de afeto, independente da orientação sexual, é a Lei Maria da Penha⁶ ou Lei nº 11.340, de 2006. É um avanço significativo, porque foi a primeira vez que uma lei federal utilizou o termo orientação sexual, reforçando jurisprudencialmente a solidez das uniões homoafetivas, sendo que são famílias dignas de proteção e respeito a cada um dos membros que compõem a entidade familiar⁹.

Dessa forma, a Lei Maria da Penha visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Portanto, para que se configure uma violência como doméstica, ela precisa ter sido cometida dentro de um ambiente doméstico ou familiar, ou em qualquer relação íntima de afeto⁸. Igualmente, já houve casos de violência doméstica entre casais homoafetivos em que os juízes aplicaram essa mesma Lei. Além de punir com mais rigor a violência doméstica cometida contra a mulher, nos seus artigos 2º e 5º, a Lei nº 11.340/2006, traz o seguinte¹⁰:

Art. 2º: *Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual [...] goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.*
[...]

Art. 5º: Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause

morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...]

II- no âmbito da *família*, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram *aparentados*, unidos por laços naturais, por afinidade ou por *vontade expressa*;

III- em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único: *As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual* (grifos e destaques do próprio autor mencionado).

Considerando o disposto no artigo 5º, inciso II e parágrafo único, inequivocamente, a Lei Maria da Penha trouxe um conceito legal de família que inclui as uniões homoafetivas, pois, as uniões formadas por indivíduos que se consideram aparentados por vontade expressa é aplicável a qualquer família¹⁰.

Dada a importância as novas configurações familiares, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, em março desse ano, o antigo e popular Projeto de Lei de número 612, datado de 2011, de autoria da ex-deputada e atual Senadora, Marta Suplicy, que altera o texto do Código Civil, reconhecendo legalmente a união estável entre pessoas do mesmo sexo e posterior conversão dessa união em casamento civil. Esse Projeto vai ao encontro a decisão do STF, de 2011, que reconheceu os direitos civis dos casais homoafetivos¹¹.

O artigo 1.723 do Código Civil, restringia que somente a união estável entre “homem e mulher” era reconhecida como família e com a alteração passa a ser “reconhecida entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família”, qualquer que seja o sexo delas. Por sua vez, o artigo 1.726 determina que a união estável poderá ser convertida em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, desde que declarem que não tem impedimentos para casar e que seja feita a indicação do regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração, produzindo seus efeitos a partir da data do registro do casamento¹¹.

Diante de todo esse avanço, porém, o Projeto ainda se encontra em tramitação na Casa Legislativa e será encaminhado ao Presidente da República para ser sancionado e convertido em Lei¹¹.

Outros Projetos de Lei com o mesmo propósito, bem como propostas de Emenda Constitucional que buscam proteger as uniões homoafetivas e afastar a discriminação em razão da orientação sexual, se encontram com tramitação

“arrastada” na Casa das Leis. Contudo, os direitos que pretendem assegurar já estão defasados, porque a própria Justiça lhes conferiu direitos mais amplos, sendo a união homoafetiva um fato existente na nossa sociedade e reconhecida legalmente, mesmo sem procedimento legislativo que lhe confira o status de Lei própria¹².

Mas, ainda não havendo lei que regule as relações homoafetivas e para não ocorrer injustiças, um marco histórico se deu em maio de 2011, com a legalização da união estável homoafetiva, conforme Silva¹³. Nas palavras desse autor¹³:

A mais alta corte do Poder Judiciário brasileiro – guardião da Constituição, o Supremo Tribunal Federal – reconheceu, pela unanimidade de 10 ministros votantes, que a união homossexual pode ser considerada entidade familiar no Brasil, em plena igualdade de direitos com relação às vinculações heterossexuais estáveis (que o legislador denominou de união estável). Assim, desde que preenchidos determinados requisitos legais – consubstanciados na convivência factual pública (notória e ostensiva), contínua, duradoura e com perspectiva de vida em comum -, casais de pessoas do mesmo sexo formam uniões estáveis aptas ao usufruto de todos os direitos e ao exercício de deveres decorrentes do mesmo sentimento: o amor.

O STF reconheceu que as uniões estáveis homoafetivas formam entidade familiar e que o elemento formador dessas famílias é o amor, segundo a menção transcrita acima.

Conforme Vecchiatti¹⁴, o elemento material formador da família contemporânea, seja família homoafetiva ou heteroafetiva, é o amor. É o amor familiar, que deve visar a uma comunhão plena de vida e interesses de forma pública, contínua e duradoura. Porém, a constituição de uma família significa a manutenção desse amor familiar e, conseqüentemente, fidelidade recíproca, mútua assistência, vida em comum, respeito, considerações recíprocas, etc. Contudo, a constituição de uma família não significa, necessariamente, ter filhos, pretender ter filhos ou poder ter filhos, mas manter-se com o propósito desse amor familiar. Dessa forma, esse vínculo afetivo é o valor protegido constitucionalmente e, em outras palavras, significa que as famílias homoafetivas estão sob proteção jurídica¹⁴.

Perante a decisão do STF, os argumentos fundamentalistas e preconceituosos de que a união homoafetiva não forma entidade familiar, não é mais bem visto. Se o amor entre pessoas do mesmo sexo não é reconhecido por alguns conservadores religiosos, reacionários e homofóbicos o Estado deve fazer prevalecer

a letra da Lei, porque, sendo constituído com o propósito da laicidade, suas decisões devem prevalecer somente naqueles argumentos pautados pela Lei, como forma de prova científica. Os magistrados não podem mais alegar impossibilidade de julgamento ou negar o pedido de união homoafetiva, porque a decisão é vinculante, válida para toda sociedade e deve orientar os demais setores da Justiça nessa mesma interpretação¹³.

3.2 Motivos de sentença favorável com relação à adoção por casais homoafetivos

3.2.1 Convivência familiar

Desde 2006, decisões judiciais definitivas favoráveis à adoção por casais homoafetivos vêm sendo reconhecidas no país, visto que os casais tenham uma convivência de modo duradouro, estável, ostensivo e com perspectiva de vida em comum⁹.

Importante decisão ocorreu em 27 de abril de 2010, pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, cujo relator foi o Ministro Luis Felipe Salomão, através do Recurso Especial nº 889.852 que, por decisão unânime, negou recurso ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e concedeu sentença favorável à adoção de duas crianças, irmãos biológicos, que já haviam sido adotadas desde o nascimento por uma das companheiras e que, posteriormente, a outra veio pleitear também o mesmo direito, com inclusão do sobrenome no registro de nascimento das crianças³.

Na decisão do STJ, ficou evidente que a estabilidade familiar das companheiras tem presença de fortes vínculos afetivos por meio de características de durabilidade, publicidade e continuidade, que são de extrema importância no processo de adoção³. Estes aspectos definem o chamado amor familiar, conforme já visto anteriormente.

O laudo especializado comprovou saudável o vínculo afetivo existente entre as crianças e as companheiras adotantes, assegurando seus direitos à convivência familiar e comunitária, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, anotado abaixo³.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além

de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão¹⁵.

Estando a família sob proteção jurídica, deve cumprir uma função que a extrapole como um todo, abrangendo cada um dos membros que a compõe, conferindo assim, tutela especial à criança e ao adolescente, conforme apregoadado pela Constituição Federal do Brasil, pois são consideradas pessoas em desenvolvimento de suas personalidades, merecedoras de uma proteção mais ampla para a concretização de uma vida digna¹⁵.

O direito à convivência familiar e comunitária é mais que um simples viver em família, envolvendo diversas circunstâncias que possibilitam o desenvolvimento saudável das várias fases de vida e, em especial, da infanto-juvenil. Deve-se permitir à criança, a percepção de que é amada e considerada por uma família que se ocupa e se preocupa com seu progresso e com seu crescimento e, com o reconhecimento familiar, se fortalece e se estrutura como filho. Mais do que ter pai/mãe, é deles receber atenção, cuidado e carinho, nos conta Girard¹⁶. Tem possibilidade de ser criança porque é no brincar que se desenvolve, se faz compreender e ser compreendido. A socialização permite seu crescimento e desenvolvimento harmonioso de sua personalidade em uma atmosfera de afeição e segurança, não perdendo o referencial e o lugar de filho por ela ocupado¹⁶.

Portanto, a criança e o adolescente têm prioridade em uma família por estarem em processo de amadurecimento e desenvolvimento de suas personalidades e para que seja efetivado, têm-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente que, como parte integrante desta abertura, traz acoplada a paternidade e maternidade responsáveis.

3.2.2 Aspectos psicológicos da adoção

A viabilidade psicológica da educação ou criação por casais homoafetivos é um dos questionamentos de grande relevância social, uma vez que há uma carência de estudos científicos brasileiros relacionados à adoção por esses casais; mesmo porque o tema e fenômeno é relativamente novo em terras brasileiras. Tendo como base o afeto e uma união sólida, esses cônjuges demonstram que são capazes de educar e viabilizar o pleno desenvolvimento de seres humanos, tanto de filhos biológicos

quanto adotivos, assim como as famílias “convencionais” monoparentais ou biparentais¹³.

Os principais motivos no que se refere à criação e à adoção por casal homoafetivo é o temor exagerado de que a orientação sexual dos pais possa vir a interferir na orientação sexual dos filhos pela convivência, como se tivessem a propensão de se tornar gays e lésbicas, como seus pais. Crê-se, para esses atemorizados que, além da “ausência” de uma referência paterna e materna podendo trazer futuros prejuízos na identificação sexual dos adotandos e, ao mesmo tempo, pelo peso do preconceito existente, os danos significativos causados à saúde psicológica da criança e do adolescente na sua vida social seriam imensos¹³. Esses motivos são facilmente afastados pela inexistência de fundamentação e comprovação científica e fática, recaindo sobre o peso histórico dos prejulgamentos, estigmas, preconceitos e distorções de pensamento sobre a sexualidade humana¹³.

Já há décadas existem pesquisas estrangeiras que investigam os comportamentos, os relacionamentos sociais e a saúde psicológica das crianças adotadas. Neste sentido, com estas análises, ficou comprovado que inexiste qualquer prejuízo significativo às crianças, sendo importante para seu pleno desenvolvimento e felicidade um ambiente afetivo, fundamentalmente. Segundo Weber¹⁷, a pesquisa de McIntyre (1994) afirma que as crianças criadas por pais homoafetivos são tão efetivas quanto às criadas por casais tradicionais. Em outra pesquisa, Patterson (1997) analisou a influência na identidade sexual, desenvolvimento pessoal e relacionamento social em crianças criadas por mães homoafetivas biológicas e adotivas, concluindo que “tanto os níveis de ajustamento maternal quanto a autoestima e o desenvolvimento social e pessoal das crianças são compatíveis com crianças criadas por um casal tradicional”¹⁸

É com base nessas e em outras pesquisas estrangeiras que os magistrados estão concedendo sentença favorável à adoção de crianças a casais homoafetivos, por não haver nenhum prejuízo significativo para as crianças e adolescentes nesses casos.

Na decisão de 27 de abril de 2010 descrita anteriormente, concluiu-se que os estudos especializados, respeitados e com fortes bases científicas, como, por exemplo, da Universidade de Virgínia, da Universidade de Valência e da Academia Americana de Pediatria, “não indicam qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homoafetivos, mais importando a qualidade do vínculo e do afeto

que permeia o meio familiar em que serão inseridas e que as liga a seus cuidadores”³. Uma síntese desses estudos especializados mostra que:

- ser pai ou ser mãe não está tanto no fato de gerar, quanto na circunstância de amar e servir;
- nem sempre, na definição dos papéis maternos e paternos, há coincidência do sexo biológico com o sexo social;
- o papel de pai nem sempre é exercido por um indivíduo do sexo masculino;
- os comportamentos de crianças criadas em lares homossexuais “não variam fundamentalmente daqueles da população em geral”;
- as crianças que crescem em uma família de lésbicas não apresentam necessariamente problemas ligados a isso na idade adulta;
- não há dados que permitam afirmar que as lésbicas e os gays não são pais adequados ou mesmo que o desenvolvimento psicossocial dos filhos de gays e lésbicas seja comprometido sob qualquer aspecto em relação aos filhos de pais heterossexuais;
- educar e criar os filhos de forma saudável o realizam semelhantemente os pais homossexuais e os heterossexuais;
- a criança que cresce com 1 ou 2 pais gays ou lésbicas se desenvolve tão bem sob os aspectos emocional, cognitivo, social e do funcionamento sexual quanto à criança cujos pais são heterossexuais³.

Com base nesses estudos, a adoção impôs ao Estado medidas para assegurar os direitos das duas crianças que vêm sendo criadas com amor desde o nascimento pelo casal de mulheres, competindo, solidariamente a elas, a responsabilidade pela criação e educação de seus filhos. Traz ainda que quando efetivada com objetivo de atender aos interesses do menor, a adoção representa um ato de amor, de desprendimento, é um gesto de humanidade³.

4. Considerações finais

A família brasileira vem passando por grandes transformações e o conceito de linhagem tem-se ampliado ao longo do tempo, na medida em que as uniões ganham legitimidade. Isso não quer dizer que a família tenha se desestruturado, mas apenas têm se reorganizado.

Reconhecidas outras formas de família além da patriarcal, ela hoje é menor, menos organizada e hierarquizada, a autoridade é conjunta e com predomínio nos laços de afetividade. Nas novas formas de configurações familiares, encontram-se as pessoas do mesmo sexo, que se unem pelo afeto e amor com intenção de constituir e perpetuar a família.

A principal palavra de ordem atualmente é o amor. O amor é o elemento formador das uniões homoafetivas, e, esse elemento ganhou reconhecimento da mais alta corte do Poder Judiciário brasileiro, como a que ocorreu em cinco de maio de 2011, em que se pode constatar que, mesmo inexistindo lei regulamentando a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e não havendo nenhum impedimento legal para isso, muitos vivem como família, assegurando aos companheiros todos os direitos decorrentes do âmbito familiar. Essa é uma realidade presente não somente no Brasil, mas também em outros locais pelo planeta e que tende a crescer nos próximos anos, visto que os direitos e obrigações das pessoas que professam amor por outras do mesmo sexo estão sendo reconhecidos.

Em relação à adoção, seu objetivo é que toda criança possa crescer e ser educada em um ambiente familiar e, só será colocada em família substituta após serem esgotadas todas as possibilidades de reinserção na família natural e tendo esta, o dever jurídico de sua manutenção e prevalência. Portanto, a adoção é medida excepcionalmente e vislumbra conteúdo mais nobre e humano que é o amor, além de que para os pais e mães significa apenas *ter um filho*.

Reconhece-se, assim, que não há mais nenhum impedimento legal à adoção conjunta por casais homoafetivos, após o reconhecimento, como família, das uniões estáveis homoafetivas, sendo possível converter esta união em casamento civil, como disciplinou a Resolução nº 175, de 2013, do CNJ. Assim, qualquer medida contrária será inconstitucional, não sendo a orientação sexual dos adotantes, o preconceito e a discriminação, motivos para quaisquer impedimentos.

Entretanto, no reconhecimento da adoção conjunta em 2010, o STJ priorizou que o melhor interesse das duas crianças seria a criação em um ambiente familiar, como comprovou o laudo especializado acerca do saudável vínculo afetivo existente entre o casal de mulheres e as crianças. Também se baseou-se na comprovação dos estudos científicos estrangeiros, que apontam não haver nenhum prejuízo para as crianças o fato de serem criadas por casais homoafetivos.

Não se pode negar que as futuras pesquisas com crianças e adolescentes adotadas no Brasil terão os mesmos resultados que as análises estrangeiras, ou seja, não há nenhum prejuízo significativo (psíquico, físico, moral) para elas ao serem adotadas por esses casais, por ser a vontade, o desejo e o amor familiar preponderantes para o desenvolvimento sadio da delas e do adolescente.

Finalizando, concordamos com as palavras de Diniz¹⁹, quando diz que deve-se, portanto, “vislumbrar na família uma possibilidade de convivência, marcada pelo afeto e pelo amor, fundada não apenas no casamento, mas também no companheirismo, na adoção e na monoparentalidade”. Assim sendo, “é ela o núcleo ideal do pleno desenvolvimento da pessoa. É o instrumento para a realização integral do ser humano”¹⁹.

5. Referências

1. Antunes C. A força do arco- íris. Revista Veja 2003 jun 36 (25), p. 73-81.
2. Carta Capital (homepage na internet). Censo 2010. IBGE identifica 60 mil casais gays no país (acesso em 15 mai 2017). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/97622>.
3. JUSBRASIL (homepage na internet). RECURSO ESPECIAL: RESP 889852 RS 2006/0209137- 4 – Inteiro teor (acesso em 15 mai 2017). Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16839762/recurso-especial-resp-889852-rs-2006-0209137-4/inteiro-teor-16839763>.
4. Jimenez G. O censo da diversidade. Revista Veja 2012 nov 45 (48), p. 103-4.
5. Collucci C. A maioria é contra a adoção por casal gay. Folha de S Paulo 2010 jun 04, C-1 (acesso em 15 mai 2017). Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/06/04/15/>.
6. Dias MB. União homoafetiva: o preconceito & e justiça. 4ª edição. São Paulo: Revista dos tribunais; 2009. p.31.
7. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª edição. São Paulo: Atlas; 2010.
8. Dias MB. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2ª edição. São Paulo: Revista dos tribunais; 2010.
9. Silva Jr ED. A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais. 4ª edição. Curitiba: Juruá; 2010.
10. Vecchiatti PRL. A família protegida, a Lei Maria da Penha e a proteção constitucional da família homoafetiva – equívocos dos julgamentos do TJRS que negaram o direito ao casamento civil homoafetivo. In: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões (RBDfs). 2010 jun-jul; (16): 93-117.
11. Senado Federal (homepage na internet). Atividade legislativa. Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011 – (Casal do mesmo sexo). (acesso em 15 mai 2017). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>
12. Dias MBD. União homoafetiva: o preconceito & e justiça. 4ª edição. São Paulo: Revista dos tribunais; 2009.

13. Silva Jr ED. Amor e família homossexual: o fim da invisibilidade através da decisão do STF. JUSBRASIL (homepage na internet). 2011. (acesso em 15 mai 2017). Disponível em: <https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/2676091/amor-e-familia-homossexual-o-fim-da-invisibilidade-atraves-da-decisao-do-stf>.
14. Vecchiatti PRL. A hermenêutica jurídica. In: Dias, MB, editora. Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo: Revista dos tribunais; 2011. p. 141-159.
15. Ribeiro PHS, Santos VCM, Souza IM. Nova lei de adoção comentada. Leme: J.H. Mizuno; 2010.
16. Girardi V. Famílias contemporâneas, filiação e afeto: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Livraria do advogado; 2005.
17. Weber LND. O psicólogo e as práticas de adoção. In: Gonçalves HS, Brandão EP, editores. Psicologia jurídica no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nau; 2011. p. 141-174.
18. Weber LND. O psicólogo e as práticas de adoção. In: Gonçalves HS, Brandão EP, editores. Psicologia jurídica no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nau; 2011. p. 161.
19. Diniz MH. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 27ª edição. São Paulo: Saraiva; 2012. p. 27.